


CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D'OESTE - RO

ADVOGADO

Código da Prova

A01 X
TARDE

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

 Duração da prova: **3 horas e 30 minutos**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:**

“Não perca seus objetivos de vista, não baixe cabeça, não desvie o olhar, encare os desafios de frente.”



ATENÇÃO

Este caderno contém sessenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta – A, B, C, D e E.

**Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando sua substituição.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Vidinha

Vidinha era uma rapariga que tinha tanto de bonita como de movediça e leve; um soprozinho, por brando que fosse, a fazia voar, outro de igual natureza a fazia revoar, e voava e revoava na direção de quantos sopros por ela passassem; isto quer dizer, em linguagem chã e despida dos trejeitos da retórica, que ela era uma formidável namoradeira, como hoje se diz, para não dizer lambeta, como se dizia naquele tempo.

Portanto não foram de modo algum mal recebidas as primeiras finezas do Leonardo, que desta vez se tornou muito mais desembaraçado, quer porque já o negócio com Luisinha o tivesse desasnado, quer porque agora fosse a paixão mais forte, embora esta última hipótese vá de encontro à opinião dos ultrarromânticos, que põem todos os bofes pela boca pelo tal primeiro amor: no exemplo que nos dá o Leonardo aprendam o quanto ele tem de duradouro.

Se um dos primos de Vidinha, que dissemos ser o atendido naquela ocasião, teve motivos para levantar-se contra o Leonardo como seu rival, o outro primo, que dissemos ser o desatendido, teve dobrada razão para isso, porque além do irmão apresentava-se o Leonardo como segundo concorrente, e o furor de quem se defende contra dois é, ou deve ser sem dúvida, muito maior do que o de quem se defende contra um.

Declarou-se, portanto, desde que começaram a aparecer os sintomas do quer que fosse entre Vidinha e o nosso hóspede, guerra de dois contra um, ou de um contra dois. A princípio foi ela surda e muda; era guerra de olhares, de gestos, de desfeitas, de más caras, de maus modos de uns para com os outros; depois, seguindo o adiantamento do Leonardo, passou a dictérios, a chasques, a remoques.

Um dia finalmente desandou em descompostura cerrada, em ameaças do tamanho da Torre de Babel, e foi causa disto ter um dos primos pilhado o feliz Leonardo em flagrante gozo de uma primícia amorosa, um abraço que no quintal trocava ele com Vidinha.

(ALMEIDA, M. Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Editora FTD, 1996, p. 123.)

Questão 1

Memórias de um sargento de milícias é um romance de costumes, que foi publicado em folhetins no jornal Correio Mercantil, de junho de 1852 a julho de 1853. Os folhetins eram capítulos de uma obra publicados nos jornais da época, de alto interesse do público leitor, correspondentes às novelas de televisão contemporâneas. Narrado em 3ª pessoa, o romance tem como foco a camada socioeconômica popular da sociedade carioca do início do século XIX, no período em que a corte de D. João VI veio para o Brasil.

Esse foco relativo à camada popular da sociedade pode ser inferido no texto pelo fato de:

- (A) não haver referências a instituições eclesiais responsáveis pela moral e bons costumes.
- (B) os personagens serem pessoas ociosas, desocupadas, obtendo vantagens financeiras de forma desonesta.
- (C) não haver autoridade policial que coibisse as atitudes violentas e agressivas dos personagens.
- (D) os personagens, em suas relações amorosas, agirem de forma pouco condizente com os valores morais.
- (E) a família apresentar-se como instituição decadente, em total disfunção quanto à responsabilidade de educar.

Questão 2

Abaixo foram extraídas passagens do texto e ao lado a passagem foi reescrita, buscando-se manter o enunciado sem alteração de sentido. O objetivo de manter o sentido do enunciado NÃO foi alcançado em:

- (A) “isto quer dizer, em linguagem chã e despida dos trejeitos da retórica” (1º §) / o que significa em linguagem informal, sem artifícios figurativos.
- (B) “Portanto não foram de modo algum mal recebidas as primeiras finezas do Leonardo” (2º §) / Porquanto a rapariga pretendida recebeu de bom grado os galanteios do Leonardo.
- (C) “teve motivos para levantar-se contra o Leonardo como seu rival” (3º §) / encontrou razões para opor-se a Leonardo na qualidade de adversário.
- (D) “e o furor de quem se defende contra dois é, ou deve ser sem dúvida, muito maior do que o de quem se defende contra um” (2º §) / e a fúria de quem luta contra dois adversários, é ou deve ser certamente, mais intensa do que a de quem luta contra apenas um.
- (E) “A princípio foi ela surda e muda” (4º §) / No início foi a disputa silenciosa, sem palavras.

Questão 3

“um soprozinho, por brando que fosse, a fazia voar” (1º §).
No enunciado acima, a oração sublinhada exprime, em relação à oração principal, o sentido de:

- (A) causa.
- (B) consequência.
- (C) concessão.
- (D) condição.
- (E) conformidade.

Questão 4

“que desta vez se tornou muito mais desembaraçado, quer porque já o negócio com Luisinha o tivesse desasnado, quer porque agora fosse a paixão mais forte” (2º §)

No enunciado transcrito acima, o trecho de sentido alternativo foi expresso pela correlação dos termos “quer...quer”. Das alterações feitas abaixo no enunciado, aquela em que a correlação dos termos sublinhados mantém o sentido alternativo é:

- (A) que desta vez se tornou muito mais desembaraçado, senão porque já o negócio com Luisinha o tivesse desasnado, senão porque agora fosse a paixão mais forte.
- (B) que desta vez se tornou muito mais desembaraçado, quanto porque já o negócio com Luisinha o tivesse desasnado, quanto porque agora fosse a paixão mais forte.
- (C) que desta vez se tornou muito mais desembaraçado, tanto porque já o negócio com Luisinha o tivesse desasnado, quanto porque agora fosse a paixão mais forte.
- (D) que desta vez se tornou muito mais desembaraçado, não só porque já o negócio com Luisinha o tivesse desasnado, mas também porque agora fosse a paixão mais forte.
- (E) que desta vez se tornou muito mais desembaraçado, seja porque já o negócio com Luisinha o tivesse desasnado, seja porque agora fosse a paixão mais forte.

Questão 5

“que põem todos os bofes pela boca pelo tal primeiro amor” (2º §)

O verbo “pôr” e seus derivados (dispor, contrapor, antepor etc.) estão entre os verbos da língua portuguesa cuja flexão se faz por padrão especial com inúmeras irregularidades. Considerando essa característica, pode-se afirmar que HÁ ERRO de flexão na frase:

- (A) se o primo se dispor a conquistar a moça, haverá de conseguir.
- (B) tu te antepuseste aos interesses da maioria dos pretendentes.
- (C) ninguém se propunha a desrespeitar o pai da menina.
- (D) o primo sobrepusera o seu interesse pela moça acima de tudo.
- (E) caso compusesse um poema, tu conquistarias a moça.

Questão 6

“embora esta última hipótese vá de encontro à opinião dos ultrarromânticos” (2º §)

É comum os falantes confundirem o emprego das locuções prepositivas “de encontro a” (ir no sentido contrário a alguma coisa, chocando-se com, opondo-se) e “ao encontro de” (ir no mesmo sentido de alguma coisa, indo a seu favor), por serem semelhantes na construção.

Das frases abaixo, em que foram empregadas ambas as locuções, aquela que está INCORRETA porque, pelo sentido da frase, foi empregada uma locução pela outra é:

- (A) os interesses do rapaz foram ao encontro dos sentimentos da moça: estavam apaixonados.
- (B) as atitudes agressivas dos personagens iam de encontro às normas de convivência pacífica.
- (C) as ações de um iam de encontro aos interesses do outro, pois ambos disputavam a mesma namorada.
- (D) na briga, o corpo agredido do rival foi ao encontro de uma parede, produzindo ferimentos.
- (E) as boas atitudes do rapaz iam ao encontro da moral e bons costumes.

Questão 7

Lendo-se com atenção o 2º parágrafo do texto, depreende-se que o narrador faz comentários sobre o comportamento do personagem Leonardo, construindo o texto em relações de causa e efeito, acrescentando ideia de oposição e chegando a uma conclusão, como base de sua argumentação.

Dos enunciados transcritos abaixo, extraídos do 2º parágrafo, aquele em que está INCORRETA a inferência feita à frente do enunciado é:

- (A) “quer porque já o negócio com Luisinha o tivesse desasnado” / expressão de causa relacionada ao fato de o Leonardo ter-se tornado muito mais desembaraçado quanto ao namoro com Vidinha.
- (B) “quer porque agora fosse a paixão mais forte” / expressão de causa relacionada ao fato de Leonardo ter-se desiludido de Luisinha.
- (C) “embora esta última hipótese vá de encontro à opinião dos ultrarromânticos” / expressão concessiva relacionada ao fato de a paixão de Leonardo por Vidinha contrariar a opinião dos ultrarromânticos.
- (D) “que põem todos os bofes pela boca pelo tal primeiro amor” / expressão de causa relacionada ao fato de os ultrarromânticos defenderem ser o primeiro amor a grande paixão.
- (E) “no exemplo que nos dá o Leonardo aprendam o quanto ele tem de duradouro” / expressão de conclusão em que o narrador desconstrói a tese dos ultrarromânticos, tomando como exemplo a segunda paixão do Leonardo.

Questão 8

No 4º e 5º parágrafos, o narrador relata o processo de agravamento das desavenças entre os pretendentes ao amor de Vidinha. Esse agravamento é apresentado numa intensificação das hostilidades a respeito da qual, de acordo com o texto, NÃO se pode afirmar que:

- (A) aparecendo os sinais da relação de Leonardo com Vidinha, foi declarada uma guerra de cada um contra os outros dois.
- (B) inicialmente, usavam como armas os gestos fisionômicos, grosserias, má vontade de uns com os outros.
- (C) em seguida, à medida que Leonardo se aproximava de Vidinha, passaram a ridicularizar-se com troças, zombarias, insinuações maliciosas.
- (D) passou-se depois a censuras ásperas e a intimidações extremamente agressivas.
- (E) chegaram finalmente às vias de fato ao surpreenderem Leonardo desfrutando de um primeiro afago amoroso com Vidinha.

Questão 9

“Um dia finalmente desandou em descompostura cerrada, em ameaças do tamanho da Torre de Babel” (5º §).

O constituinte sujeito ao qual o verbo “desandou” se relaciona como núcleo do predicado não está expresso na oração transcrita acima. Considerando-se o contexto que compreende o 4º e o 5º parágrafos, pode-se afirmar que o sujeito do verbo “desandou” é:

- (A) o substantivo precedido de artigo “a guerra”.
- (B) o substantivo próprio “Vidinha”.
- (C) a oração subordinada substantiva subjetiva “a princípio foi ela surda e muda”.
- (D) o substantivo próprio “Leonardo”.
- (E) a expressão substantiva “um dos primos”.

Questão 10

“Vidinha era uma rapariga que tinha tanto de bonita como de movediça e leve” (1º §).

Das alterações feitas abaixo na oração subordinada adjetiva expressa no enunciado acima, HÁ ERRO de regência no emprego do pronome relativo em:

- (A) Vidinha era uma rapariga da qual se elogiava a beleza.
- (B) Vidinha era uma rapariga sobre quem eram feitos comentários desairosos.
- (C) Vidinha era uma rapariga cujos hábitos eram criticados por muitas pessoas.
- (D) Vidinha era uma rapariga de quem ninguém fazia referência.
- (E) Vidinha era uma rapariga para a qual se voltavam os interesses dos rapazes.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 11

Segundo o Código de Ética Profissional dos Servidores (Decreto 1.171/94), “a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos”.

O referido trecho trata de uma/um:

- (A) pena de multa por improbidade administrativa prevista no citado código.
- (B) dever principal do servidor público previsto no citado código.
- (C) proibição do servidor público prevista no citado código.
- (D) das comissões de ética previstas no citado código.
- (E) regra deontológica prevista no citado código.

Questão 12

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Poder X, juntamente com o Executivo e o Judiciário, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si. Sendo assim, X representa o Poder:

- (A) do Ministério Público.
- (B) de punir do Estado (*ius puniendi*).
- (C) Legislativo.
- (D) Recreativo.
- (E) do Prefeito.

Questão 13

A Constituição Federal de 1988 definiu que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Nesse contexto, é correto afirmar que o ensino fundamental regular:

- (A) será ministrado em língua brasileira, assegurada às comunidades europeias também a utilização de sua linguagem de sinais.
- (B) será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- (C) será ministrado por professores estrangeiros, sendo proibido o ensino religioso ou uso de suas línguas maternas, mesmo que o professor seja nativo de país lusófono.
- (D) será ministrado por professores graduados nas respectivas matérias, sendo proibido o ensino religioso.
- (E) é exclusivamente público, sendo proibido a iniciativa privada funcionar com escolas de ensino fundamental.

Questão 14

Pode responder por ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, o agente público que:

- (A) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (B) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade a pessoa com deficiência, previstos na legislação.
- (C) deixar de visitar a família nos feriados de fim de ano.
- (D) frustrar a licitude de concurso público.
- (E) negar publicidade aos atos oficiais.

Questão 15

Constitui um crime praticado por funcionário público contra a Administração em geral:

- (A) homicídio.
- (B) ameaça.
- (C) latrocínio.
- (D) prevaricação.
- (E) estupro.

INFORMÁTICA BÁSICA

Questão 16

Dispositivos de armazenamento externo, do tipo Pen Drive, são conectados aos computadores através de portas com a seguinte tecnologia:

- (A) ATA.
- (B) SATA.
- (C) USB.
- (D) SCSI.
- (E) FIBRE CHANNEL.

Questão 17

Ao contratar uma rede doméstica (Wireless) — dessas comercializadas pelas diversas operadoras — é necessário instalar um equipamento, geralmente fornecido pelas operadoras, para viabilizar a conexão dos computadores da casa. Este equipamento executa as funções:

- (A) Switch/Modem.
- (B) Modem/Hub.
- (C) Hub/Switch.
- (D) Roteador/Hub.
- (E) Modem/Roteador.

Questão 18

Os APP's utilizados em Smartphones ou Tablets são:

- (A) Interfaces.
- (B) Aplicativos.
- (C) Sistemas operacionais.
- (D) Dispositivos de armazenamento.
- (E) Navegadores.

Questão 19

Utilizando o Windows, você deletou acidentalmente um arquivo e deseja tentar recuperá-lo. Para isso você clica em:

- (A) Desfragmentador de Disco.
- (B) Windows Explorer.
- (C) Limpeza de disco.
- (D) Lixeira.
- (E) Central de Sincronização.

Questão 20

Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta um sistema operacional utilizado em smartphones.

- (A) Windows 7
- (B) Windows Server
- (C) Avast
- (D) VmWare
- (E) Android

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

Acerca do tema Administração Pública, pode-se afirmar que:

- (A) quanto ao regime de pessoal, as empresas públicas submetem-se ao regime jurídico de direito público, donde se depreende a submissão ao regime de emprego público.
- (B) quanto ao limite máximo de remuneração, a empresa pública deverá observá-lo caso receba recurso do Município de pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- (C) Lei estadual, de iniciativa de deputado, pode criar, em determinada entidade autárquica, novos cargos públicos, destinados ao provimento em comissão.
- (D) STF definiu que a aprovação, pelo Legislativo, da indicação dos Presidentes das entidades da Administração Pública Indireta, restringe-se às autarquias e às empresas públicas, podendo ser exonerados *ad nutum*.
- (E) os órgãos públicos podem estar em juízo, haja vista possuírem personalidade jurídica própria para fins de defender suas prerrogativas constitucionais.

Questão 22

Em relação à organização da Administração Pública indireta, aponte o item correto.

- (A) Empresa de Correios e Telégrafos é uma empresa pública federal criada para prestar o serviço postal e submete-se ao regime próprio das empresas privadas e, desta forma, será possível a penhora.
- (B) Empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista) do Estado de Rondônia fazem jus aos privilégios processuais atribuídos à Fazenda Pública.
- (C) Empresa pública exploradora de atividade econômica se enquadra na regra matriz da responsabilidade objetiva do Estado.
- (D) Fundação pública de direito público ou de direito privado também será abraçada pela imunidade tributária.
- (E) Sociedade de economia mista é subsidiariamente responsável pelo recolhimento da contribuição previdenciária sobre a folha de salário de empresa que lhe prestou serviços mediante regime de cessão de mão-de-obra.

Questão 23

No que tange à licitação e contratos administrativos, pode-se afirmar que:

- (A) é constitucional o preceito, segundo o qual serão considerados, para averiguação da proposta mais vantajosa, entre outros itens, os valores relativos aos impostos pagos à Fazenda Pública daquele Estado-membro.
- (B) para a alienação de bens móveis exige-se o interesse público devidamente justificado, autorização legislativa, precedida de avaliação e, posteriormente, via licitação.
- (C) licitação fracassada ou frustrada caracteriza-se através do não comparecimento dos licitantes, enquanto, na licitação deserta, todos os licitantes não sobrevivem ao procedimento em virtude de serem inabilitados.
- (D) na licitação inexigível, quando o fornecedor for único, a exclusividade reside em todos os entes da federação.
- (E) pode ser firmado contrato que consigne valor inferior ao do apresentado na proposta do vencedor da licitação, depois de ocorrida a adjudicação.

Questão 24

Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

A situação retratada acima está compatível a uma situação de:

- (A) Fato do Príncipe.
- (B) Fato da Administração.
- (C) Força Maior.
- (D) Força Fortuita.
- (E) Força Imutável.

Questão 25

Os pareceres aprovados pelo setor jurídico sobre editais de licitação e minutas de contrato possuem natureza de cunho:

- (A) vinculante.
- (B) opinativo.
- (C) pontos de vista.
- (D) facultativo.
- (E) mera opinião.

Questão 26

A respeito da responsabilidade civil do Estado, pode-se afirmar que:

- (A) em regra, prevalece o entendimento de que os atos causados por multidoes ensejam a responsabilidade civil do Estado.
- (B) no risco suscitado ou produzido, a Administração é responsável por qualquer dano causado a terceiros durante a gestão de seus serviços.
- (C) existe obrigatoriedade da denúncia à lide para que o servidor seja responsabilizado civilmente.
- (D) a responsabilidade civil por danos nucleares trata-se de responsabilidade subjetiva, sendo fundamentada em especial na omissão da Administração.
- (E) em relação aos atos legislativos, aplica-se o conceito fundamental da Teoria da responsabilidade absoluta do Estado.

Questão 27

Os prédios públicos desativados, terras da União sem qualquer destinação pública específica, incluem-se entre os bens:

- (A) afetados.
- (B) de uso comum.
- (C) de uso especial.
- (D) de sessão.
- (E) dominicais.

Questão 28

Em se tratando de extinção de concessão da prestação do serviço público, é correto afirmar que:

- (A) na encampação há descumprimento de dever contratual, razão pela qual é cabível a aplicação de sanções ao contratado.
- (B) em caso de encampação, haverá indenização dos danos emergentes oriundos da extinção do contrato, mas não os lucros cessantes.
- (C) a declaração de caducidade afasta o dever de o poder concedente indenizar os bens revertidos em razão de descumprimento contratual.
- (D) na rescisão do contrato, será necessária a autorização legislativa, e a Administração Pública deverá indenizar a empresa concessionária previamente.
- (E) a extinção do contrato, após o encerramento do seu prazo de exigência, ocorre com a necessidade de ser declarada por ato do poder judiciário.

Questão 29

Com referência ao Controle da Administração Pública, pode-se afirmar que:

- (A) o Mandado de Segurança preventivo é inutilizável em matéria tributária, especialmente contra a cobrança de tributos inconstitucionais.
- (B) é cabível Mandado de Segurança contra envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa, por configurar ameaça a direito líquido e certo do impetrante.
- (C) em Mandado de Segurança é necessário e obrigatório o efetivo pronunciamento do Ministério Público, em defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (D) será concedida a medida liminar de Mandados de Segurança impetrados, visando à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens.
- (E) cabem embargos infringentes de acórdão que, em Mandado de Segurança decidiu, por maioria dos votos, a apelação.

Questão 30

Quanto ao processo administrativo, é correto afirmar que:

- (A) cabe à autoridade julgadora a opção de concordar ou divergir das conclusões obtidas através de relatório.
- (B) o sistema da verdade sabida na repressão de delitos disciplinares é plenamente admissível.
- (C) é incabível, como medida cautelar, a fim de que se evite a influência do servidor na apuração da irregularidade do seu afastamento do exercício do cargo.
- (D) quando a infração praticada pelo servidor estiver classificada como crime, o processo administrativo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, após finalizado tal processo.
- (E) a sindicância tem como fim alcançar peça preliminar, sendo indispensável ao processo administrativo disciplinar, não podendo ser este instaurado sem aquela.

Questão 31

O Município é considerado pessoa jurídica:

- (A) de Direito Público Externo.
- (B) de Direito Privado.
- (C) de Direito Público Interno e subordinado aos Estados, uma vez que não possuem auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação.
- (D) de Direito Híbrido, de Direito Privado e de Direito Público.
- (E) de Direito Público Interno e autônomo, uma vez que possui auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação.

Questão 32

A fiscalização da execução orçamentária ocorre quando há manejo de bens, dinheiro ou valores públicos por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas. Sobre a fiscalização, a modalidade que tem como objeto as operações de crédito e as despesas que não fazem parte da previsão orçamentária, é:

- (A) Fiscalização contábil.
- (B) Fiscalização operacional.
- (C) Fiscalização financeira.
- (D) Fiscalização orçamentária.
- (E) Fiscalização Patrimonial.

Questão 33

No que concerne a responsabilidade civil de servidor público, pode-se afirmar que:

- (A) a absolvição criminal consistida na inexistência do fato ou ausência de autoria não afasta a responsabilidade administrativa do servidor público.
- (B) somente o ato doloso do servidor público gera responsabilidade civil do servidor público.
- (C) a pena administrativa decorrente do processo administrativo a impede que o servidor público seja responsabilizado em eventual processo criminal e civil.
- (D) o dever de reparar o dano abrange os sucessores dos servidores públicos e contra eles será executada, até o limite da herança.
- (E) não haverá responsabilidade civil de servidor público pelo exercício irregular do seu dever.

Questão 34

Há duas formas de garantia no Direito Privado brasileiro. Pode-se dizer que uma forma de garantia pessoal ou fidejussória é a(o):

- (A) fiança.
- (B) penhor.
- (C) anticrese.
- (D) hipoteca.
- (E) alienação fiduciária em garantia.

Questão 35

Uma vez que o elevado número de litisconsortes prejudica a rápida solução do litígio ou compromete a defesa, o juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo. Sendo assim, é correto afirmar que:

- (A) apesar de haver previsão legal, essa limitação vale apenas para o litisconsórcio necessário.
- (B) ocorre a extinção do processo com a resolução do mérito.
- (C) essa limitação é chamada de litisconsórcio multitudinário, prevista no artigo 113, §1º do Código de Processo Civil.
- (D) não poderá haver o desmembramento do processo.
- (E) o requerimento de limitação não interrompe o prazo para a manifestação ou resposta.

Questão 36

De acordo com a Lei 9.099/1995, acerca da sentença, pode-se afirmar que:

- (A) nos Juizados Especiais o relatório é dispensado.
- (B) os relatórios são os motivos de fato e de direito adotados pelo órgão jurisdicional, ou seja, parte em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.
- (C) a decisão que se cinge a repetir dispositivo normativo, sem enquadrá-la no caso concreto, está fundamentada.
- (D) o Superior Tribunal de Justiça, através de precedente, conhece embargos de declaração contra decisões que não se pronuncie sobre argumentos capazes de mudar a conclusão adotada.
- (E) pode haver sentença sem dispositivo.

Questão 37

Sobre as espécies extintivas do crédito tributário, a modalidade que significa o perdão total ou parcial do crédito tributário é:

- (A) pagamento.
- (B) compensação.
- (C) transação.
- (D) remissão.
- (E) decadência do direito de lançar.

Questão 38

Sobre a duração da jornada de trabalho é correto afirmar que:

- (A) os intervalos são computados na duração do trabalho.
- (B) o tempo do empregado doméstico que mora no local de trabalho e nele permaneça, tais como os intervalos, o tempo de repouso, as horas não trabalhadas, os feriados e domingos livres serão computados na duração do trabalho.
- (C) a soma da duração diária do trabalho (jornada) com o intervalo (intra-jornada) perfaz o horário de trabalho.
- (D) o horário de trabalho de cada empregado não necessita ser anotado em um livro de registro de funcionários.
- (E) os estabelecimentos com mais de cinquenta trabalhadores deverão ter livro ou cartão de ponto, mas é facultativo a pré - assinalação do período para alimentação e repouso.

Questão 39

O recurso admissível das decisões definitivas e terminativas das varas e juízos, investido de jurisdição trabalhista é:

- (A) Embargo de Declaração.
- (B) Agravo de Petição.
- (C) Recurso Ordinário.
- (D) Recurso de Revista.
- (E) Embargo de Divergência.

Questão 40

O CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente é um órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, possuindo uma série de competências, através do qual define por Resoluções, Moções, Recomendações e Proposições. Uma destas resoluções, que se refere ao licenciamento ambiental, define que os municípios do Brasil:

- (A) são proibidos de emitir licença ambiental.
- (B) podem emitir licença ambiental exclusivamente nos casos em que haja exploração de reservas minerais em reservas indígenas.
- (C) podem emitir licença que afete o meio ambiente em nível nacional e regional.
- (D) caso o empreendimento não afete o meio ambiente em nível regional ou nacional, e que seja apenas de interesse local, os Municípios podem emitir licença ambiental.
- (E) não podem emitir licença ambiental em hipótese nenhuma, salvo situações de patrimônio histórico nacional situado dentro do Município, mas desde que haja previsão legal para delegação expressa do IPHAN.

Questão 41

O remédio constitucional que é concedido “para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público” e “para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo” é o(a):

- (A) Habeas Corpus.
- (B) Mandado de segurança.
- (C) Habeas data.
- (D) Mandado de injunção.
- (E) Liberdade provisória.

Questão 42

A alternativa INCORRETA no que diz respeito às limitações do poder de tributar é:

- (A) jornais e periódicos.
- (B) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- (C) templos de qualquer culto.
- (D) empresas estatais de comércio estrangeiro.
- (E) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

Questão 43

Francisco, nascido no interior do estado do Amazonas, viveu durante grande parte da sua vida em sua cidade natal, entretanto hoje é cidadão do município Y, que se encontra localizado dentro do distrito H. Após inúmeras consultas informais, Francisco verifica o desejo de grande parte da população distrital em obter a emancipação do distrito em relação ao município de origem. Em conformidade com as normas constitucionais federais, entre os requisitos para legitimar a criação de um novo Município, são indispensáveis:

- (A) lei estadual e plebiscito.
- (B) lei estadual e referendo.
- (C) lei municipal e plebiscito.
- (D) lei municipal e referendo.
- (E) lei federal e plebiscito.

Questão 44

De acordo com a Carta Magna, a Administração Pública direta e indireta de qualquer ente federativo, deverá obedecer aos princípios previstos na mesma. São princípios constitucionais controladores da atuação na Administração Pública:

- (A) legalidade, impessoalidade, eficiência e conveniência.
- (B) moralidade, revogabilidade, pessoalidade, publicidade e motivação.
- (C) legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e conveniência.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) autotutela, razoabilidade, proporcionalidade, pessoalidade, segurança jurídica.

Questão 45

Com base nas informações contidas na CF sobre o Poder Legislativo, no que tange às fiscalizações contábil, orçamentária e financeira, a opção correta é:

- (A) apoia o controle interno no exercício da sua missão institucional.
- (B) o controle externo possui como uma das suas finalidades exercer o controle de operações de crédito, débitos, avais e garantias.
- (C) os ministros do TCU serão nomeados entre brasileiros natos que possuam idade entre 25 a 32 anos.
- (D) o controle interno exerce o controle de operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (E) representa o Poder competente sobre quaisquer irregularidades investigadas.

Questão 46

Para que um negócio jurídico seja válido, requer-se que o agente seja capaz, o objeto seja lícito, possível, determinado ou determinável, seja realizado na forma prescrita em lei. Nesse sentido, o negócio jurídico será nulo exceto quando:

- (A) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- (B) por incapacidade relativa do agente.
- (C) por vício resultante de erro.
- (D) a impossibilidade inicial do objeto for relativa.
- (E) por estado de perigo.

Questão 47

A novação, a compensação e a confusão são modalidades de:

- (A) adimplemento dos contratos.
- (B) adimplemento das obrigações.
- (C) inadimplemento dos contratos.
- (D) inadimplemento das obrigações.
- (E) responsabilidade civil.

Questão 48

Aquele que causar um dano a outra pessoa pela prática de um ato ilícito, fica obrigado, nos termos da legislação pátria, a repará-lo. Diante da afirmativa, pode-se concluir que:

- (A) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (B) o empregador não é responsável pela reparação civil por seus empregados, serviçal e preposta, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- (C) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.
- (D) a responsabilidade civil não depende da responsabilidade criminal.
- (E) mesmo provando a culpa da vítima ou força maior, o dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado.

Questão 49

Acerca dos requisitos que a petição inicial deve indicar, segundo o Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A petição inicial dispensa a indicação do valor da causa
- (B) O pedido não precisa ser determinado
- (C) A petição inicial deve mencionar, dentre outras informações, a existência de união estável. Caso o autor não disponha dessa informação, poderá requerer ao juiz as diligências necessárias para a sua obtenção
- (D) Não se admite em nenhuma hipótese pedido genérico
- (E) Na petição inicial, não é necessário que seja instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação

Questão 50

De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a alternativa INCORRETA é:

- (A) a petição inicial será indeferida quando for inepta, a parte for manifestamente ilegítima, o autor carecer de interesse processual, e não forem atendidas as prescrições dos Artigos 106 e 321 do Código de Processo Civil.
- (B) indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.
- (C) o autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- (D) é lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- (E) é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, devendo haver entre eles conexão.

Questão 51

Em se tratando de prazo, o réu poderá oferecer contestação no prazo de:

- (A) 15 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 5 dias.
- (D) 3 dias.
- (E) 20 dias.

Questão 52

Indique a alternativa que demonstra os impostos cujas alíquotas podem ser majoradas por ato do Poder Executivo, observados os parâmetros da legislação vigente.

- (A) Imposto de Renda (IR), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)
- (B) Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
- (C) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto sobre a Importação (II)
- (D) Imposto sobre a Importação (II), Imposto sobre a Exportação (IE) e Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)
- (E) Imposto de Renda (IR), Imposto sobre a Importação (II) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)

Questão 53

A Constituição Federal no seu art. 146, III, a, indica que Lei Complementar, é necessário expor a definição dos fatos geradores da base de cálculo e dos contribuintes dos impostos previstos na Constituição. Entretanto, caso não exista Lei Complementar prevendo tais definições relativamente aos impostos estaduais, os Estados:

- (A) podem instituir e cobrar seus impostos, desde que seja publicada Medida Provisória autorizando.
- (B) podem instituir e cobrar seus impostos, pois possuem competência legislativa plena, até que a lei complementar venha a ser editada.
- (C) não podem instituir e cobrar seus impostos, sob pena de violação do artigo 146 da Constituição da Constituição Federal.
- (D) podem instituir e cobrar seus impostos, desde que celebrem convênio para estabelecer normas gerais.
- (E) não podem instituir e cobrar impostos, pois devem comunicar a União para que esta promulgue lei sobre a matéria.

Questão 54

Francisca trabalha na residência de Olivia três vezes na semana como passadeira. Normalmente, o combinado é comparecer ao trabalho às terças, quintas e sextas, mas, quando é necessário, mediante prévia comunicação, comparece em outro dia da semana, desde que não sejam sábados, domingos ou feriados, nem datas comemorativas. Sua remuneração é feita e calculada por dia de trabalho e sua CTPS não foi assinada. Quando Francisca não comparece, não recebe o pagamento e não sofre nenhum tipo de sanção; entretanto, Olivia sempre solicita que a ausência seja previamente comunicada. Francisca procura você como advogado (a), para sanar uma dúvida acerca da sua situação de relação de trabalho. De acordo com a legislação específica em vigor, a alternativa que contempla a situação de Francisca é:

- (A) Francisca é empregada eventual.
- (B) Francisca é diarista, pois trabalha apenas 3 vezes na semana.
- (C) Francisca é empregada doméstica.
- (D) Francisca é autônoma, porque gerencia seu próprio trabalho, dias e horário.
- (E) Francisca pertence a categoria dos trabalhadores liberais.

Questão 55

Mévio foi contratado, em 12/03/2018, em uma empresa responsável por aluguel de barcos, sendo funcionário responsável pela elaboração dos contratos e, por esse motivo, não necessitava comparecer diariamente à empresa. Mesmo assim, comparecia à empresa toda quinta feira para verificar se havia alguma documentação pendente de alguma locação, além de observar a existência de reclamação de algum cliente, com uma possível insatisfação do produto. Dessa forma, seu trabalho era efetuado na sua residência com todo seu equipamento de trabalho fornecido pelo empregador, que sempre se atentava em verificar a necessidade de manutenção e, caso necessário, troca de equipamento, a fim de Mévio poder cumprir seu trabalho da melhor forma possível. No seu contrato de trabalho é possível observar expressamente o tipo de trabalho remoto à distância e as atividades desempenhadas. Se passando um ano trabalhando desse modo, o empregador entendeu que Mévio seria mais útil trabalhando nas dependências da empresa. Essa decisão foi previamente comunicada a Mévio, por meio de termo aditivo ao contrato de trabalho assinado por ele, com 45 dias de antecedência. Em momento posterior, ao ser dispensado, Mévio procurou você como advogado(a), questionando a possibilidade de possível ação trabalhista mediante toda essa situação. Sobre a hipótese de ajuizamento, ou não, da referida ação, a alternativa correta é:

- (A) tratando-se de teletrabalho, o comparecimento na empresa deverá ser pago como hora extraordinária ao funcionário.
- (B) não se tratando da modalidade de teletrabalho, deverá ser requerida a desconsideração do trabalho em domicílio, já que havia comparecimento semanal nas dependências do empregador.
- (C) deverá ser requerido que os valores correspondentes aos equipamentos usados para o trabalho em domicílio sejam considerados salário-utilidade.
- (D) em vista da modalidade de teletrabalho, a narrativa não demonstra qualquer irregularidade a ser requerida em eventual demanda trabalhista.
- (E) o teletrabalho não tem amparo em nosso ordenamento jurídico.

Questão 56

De acordo com o entendimento consolidado do STF e do TST, a opção que demonstra situação em que a Justiça do Trabalho possui competência para executar as contribuições devidas ao INSS é a seguinte:

- (A) ação trabalhista na qual se deferiu o pagamento de diferença por equiparação salarial.
- (B) reclamação na qual se postulou, com sucesso, o reconhecimento de vínculo empregatício.
- (C) demanda na qual o empregado teve a CTPS assinada, mas não teve o INSS recolhido durante todo o contrato.
- (D) reclamação trabalhista na qual foi reconhecido o pagamento de salário à margem dos contracheques.
- (E) a Justiça do Trabalho não possui competência para executar as contribuições devidas ao INSS.

Questão 57

Em localidades que não possuam ou não sejam abrangidas por jurisdição de vara do trabalho, no que se tratar de demandas trabalhistas, todas serão julgadas pelo juiz de direito. Entretanto, o recurso interposto contra decisão de juiz de direito em matéria trabalhista, deverá ser julgado pelo:

- (A) Respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- (B) Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal Regional Federal da região a que estiver submetida a jurisdição do estado.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

Questão 58

A Política Nacional do Meio Ambiente é regulada pela Lei nº. 6.938 de 1981, que, de forma expressa, consagrou o Princípio do/da:

- (A) Estado Ambiental de Direito.
- (B) Prevenção.
- (C) Culpabilidade comum mitigada.
- (D) Impedimento de retrocesso ambiental.
- (E) Poluidor-pagador.

Questão 59

No tocante à competência para legislar sobre matéria ambiental, estabelecida na Carta Magna, compete:

- (A) aos Estados e ao Distrito Federal legislar privativamente sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- (B) à União, aos Estados e aos Municípios legislar concorrentemente sobre desapropriação.
- (C) à União legislar privativamente sobre águas.
- (D) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar privativamente sobre flora e fauna.
- (E) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre atividades nucleares de qualquer natureza.

Questão 60

Na estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, é um órgão:

- (A) consultivo e deliberativo.
- (B) central.
- (C) executivo.
- (D) seccional.
- (E) superior.